

PORTARIA Nº 295, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Tarauacá - Estado do Acre.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Tarauacá - AC, no valor de R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59050.000555/2014-12.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6502; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 296, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Ipirá - Estado de Santa Catarina.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Ipirá - SC, no valor de R\$ 62.508,50 (sessenta e dois mil e quinhentos e oito reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.001474/2014-30.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6502; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, IV do Anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e, considerando a necessidade de edição do Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1 - Aprovar o Regimento Interno da Sudam, na forma do Anexo I desta Resolução, que dela faz parte.

Art. 2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DJALMA BEZERRA MELLO
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos

MERYAN GOMES FLEXA
Diretora de Administração

ARMANDO ARAÚJO DE MENDONÇA
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e vinculada ao Ministério da Integração Nacional, criada pela Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 8.275, de 27.06.2014, tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

§ 1º A Sudam tem sede e foro na cidade de Belém, estado do Pará, com atuação em toda a Amazônia Legal, integrada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parcela do estado do Maranhão que se situa a oeste do meridiano 44º de longitude oeste.

§ 2º Os estados e municípios criados por desmembramento dos estados e dos entes municipais situados na área a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo serão automaticamente considerados como integrantes da área de atuação da Sudam.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º A atuação da Sudam obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA e será efetuada em articulação com o Conselho Deliberativo, órgãos e entidades públicas do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais que atuam na Região e a sociedade civil organizada, competindo-lhe:

I - definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;

II - formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;

III - propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial, considerando as potencialidades e as especificidades de sua área de atuação;

IV - articular e propor programas e ações perante os ministérios setoriais para o desenvolvimento regional, com ênfase no caráter prioritário e estratégico, de natureza supraestadual ou sub-regional;

V - articular as ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas na sua área de atuação, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e metas de que trata o inciso I;

VI - atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos §§ 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;

VII - assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual em relação aos projetos e atividades previstos na sua área de atuação, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, nos termos do inciso VI;

VIII - apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, de capacitação de recursos humanos, de inovação e difusão tecnológica, de políticas sociais e culturais e de iniciativas de desenvolvimento sub-regional;

IX - estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação, conforme definição do Conselho Deliberativo, em consonância com o § 2º do art. 43 da Constituição Federal e na forma da legislação vigente;

X - coordenar programas de extensão e gestão rural e de assistência técnica e financeira internacional em sua área de atuação;

XI - estimular a obtenção de patentes e coibir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do País;

XII - propor, em articulação com os ministérios competentes, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na sua área de atuação, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XIII - promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões;

XIV - promover a integração das políticas públicas na Amazônia, possibilitando a sinergia das ações voltadas ao desenvolvimento regional; e

XV - propor soluções para os óbices que dificultam o processo de desenvolvimento regional.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Sudam tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Órgãos colegiados:

1.1. Conselho Deliberativo, que conta com Secretaria-Executiva; e

1.2. Diretoria Colegiada;

2. Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:

2.1. Gabinete:

2.1.1. Divisão de Apoio ao Gabinete

2.1.2. Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

2.1.3. Coordenação de Defesa Civil

2.1.3.1. Divisão de Articulação, Avaliação e Gestão de Riscos

2.2. Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional:

2.3. Assessoria de Gestão Institucional:

2.3.1. Divisão de Desenvolvimento Institucional

2.3.2. Divisão de Relações Institucionais

2.4. Ouvidoria

3. Órgãos seccionais

3.1. Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Procuradoria-Geral Federal:

3.1.1. Coordenação Jurídica

3.2. Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada; e

3.2.1. Divisão de Acompanhamento e Avaliação da Gestão

3.2.2. Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Progra-

mas

3.3. Diretoria de Administração.

3.3.1. Divisão de Apoio à Gestão

3.3.2. Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informa-

ção:

3.3.2.1. Divisão de Sistemas de Informação

3.3.2.2. Divisão de Infraestrutura Tecnológica

3.3.3. Coordenação de Licitações e Contratos

3.3.4. Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Fi-

nanças:

3.3.4.1. Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira:

3.3.4.1.1. Divisão de Atividades Orçamentárias e Financei-

ras

3.3.4.2. Coordenação de Gestão Administrativa:

3.3.4.2.1. Divisão de Atividades Administrativas

3.3.4.3. Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas:

3.3.4.3.1. Divisão de Atividades de Gestão de Pessoas

4. Órgãos específicos singulares:

4.1. Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas:

4.1.1. Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

4.1.1.1. Divisão de Acompanhamento Orçamentário

4.1.2. Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos

Planos de Desenvolvimento:

4.1.2.1. Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Ava-

liação dos Planos e Programas de Desenvolvimento.

4.1.3. Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e

Projetos Especiais

4.1.4. Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento:

4.1.4.1. Coordenação de Convênios e Monitoramento

4.2. Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentá-

vel

4.2.1. Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.

4.3. Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos:

4.3.1. Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e

Financiamento:

4.3.1.1. Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de

Desenvolvimento e Financiamento

4.3.1.2. Coordenação de Liberação e Controle de Financia-

mento

4.3.2. Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais

e Financeiros:

4.3.2.1. Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e

Financeiros

4.3.3. Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos

Fiscais:

4.3.3.1. Coordenação de Avaliação de Instrumentos de De-

seenvolvimento Regional

5. Órgão Descentralizado:

5.1. Escritório de representação em Brasília

CAPÍTULO IV

DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 4º A Sudam será dirigida por uma Diretoria Colegiada composta por quatro diretores e pelo Superintendente, que a presidirá.

§ 1º O Superintendente e os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º O Superintendente designará um dos integrantes da Diretoria Colegiada para assumir a Superintendência, nas suas ausências e eventuais impedimentos.

§ 3º Os substitutos dos Diretores serão designados pelo Superintendente e escolhidos entre os integrantes da Diretoria Colegiada.

§ 4º O Procurador-Chefe, o Auditor-Chefe e o Ouvidor serão nomeados, na forma da legislação vigente.

Art. 5º A Diretoria Colegiada reunir-se-á com a presença de, pelo menos, três Diretores, dentre eles o Superintendente, ou seu substituto, e deliberará por maioria simples de votos.

Parágrafo único. Ao Superintendente cabe o voto de qualidade.

Art. 6º É vedado aos dirigentes da Sudam o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária, bem como ter vínculo com empresa beneficiária de incentivos fiscais e financeiros e dos Fundos administrados pela Autarquia.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput deste artigo não se aplica aos casos de atividades profissionais decorrentes de vínculos contratuais mantidos com entidades públicas ou privadas de ensino e de pesquisa, científica e tecnológica, desde que compatível o horário.